



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – CSPCCO

Requerimento Nº _____, DE 2014
(Do Sr. FERNANDO FRANCISCHINI)

Requer que seja realizada, nesta Comissão, Audiência Pública para discutir sobre a possível malversação de dinheiro público e eventuais crimes cometidos pelos integrantes do Conselho de Administração da Petrobras e outros, por ocasião da compra da refinaria de Pasadena, nos EUA, no ano de 2006, cujo valor superou um bilhão de dólares.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno desta Casa, seja realizada, nesta Comissão, reunião de Audiência Pública para discutir sobre a possível malversação de dinheiro público e eventuais crimes cometidos pelos integrantes do Conselho de Administração da Petrobras e outros, por ocasião da compra da refinaria de Pasadena, nos EUA, no ano de 2006, cujo valor superou a soma de US\$ 1 (um) bilhão de dólares. Para tanto, convidamos:

- ✧ **GRAÇA FOSTER**, presidente da Petrobras;
- ✧ **JOSÉ SERGIO GABRIELLI**, ex-presidente Petrobras;
- ✧ **NESTOR CEVERÓ**, ex-diretor internacional da Petrobras, demitido na última sexta-feira (21/03/2014);
- ✧ **PAULO ROBERTO COSTA**, ex-diretor da Petrobras, preso pela Polícia Federal na operação Lava Jato; e
- ✧ **ALBERTO YOUSSEF**, doleiro preso pela Polícia Federal na operação Lava Jato.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – CSPCCO

JUSTIFICAÇÃO

Nesta última semana, diversos órgãos de comunicação divulgaram matérias referentes à compra pela Petrobras da refinaria de Pasadena, nos EUA, no ano de 2006. Compra essa que superou a marca de 1 (um) bilhão de dólares. Ocorre que, para nossa surpresa, no ano de 2005, essa mesma refinaria tinha sido adquirida pela empresa “Astra Oil” por 42,5 (quarenta e dois vírgula cinco) milhões de dólares. Ou seja, a Petrobras pagou um valor 20 (vinte) vezes superior.

Para complicar ainda mais a situação, outro fato que chamou a atenção dos brasileiros, nos últimos dias, foi a deflagração pela Polícia Federal de uma Operação Policial denominada “Lava Jato” para apurar condutas criminosas voltadas para a lavagem de dinheiro e corrupção.

Estes dois fatos se correlacionam na medida em que um dos presos na Operação Policial é o Senhor **Paulo Roberto Costa**, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, que já era investigado pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro por irregularidades na transação de compra da refinaria de Pasadena. A própria Presidente da República, **Dilma Rousseff**, aponta este cidadão como um dos responsáveis por repassar ao Conselho de Administração da Petrobras informações “falhas” e “incompletas” que balizaram a compra da refinaria nos Estados Unidos. Ressalte-se que ele foi um dos responsáveis pela elaboração do contrato, além de ter negócios particulares com a estatal, valendo citar o aluguel, por uma de suas empresas, de navios à Petrobras.

Impõe-se, ainda, revelar, dentro desse esquema, o doleiro **Alberto Yossef**, também preso na operação lava jato e possuidor de relações espúrias próximas com o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras. Vale lembrar que o mesmo foi condenado no caso Banestado, por evasão para o exterior de U\$ 30 (trinta) bilhões dólares. Daí a importância de ouvi-los perante esta Comissão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – CSPCCO

No caso em tela, os valores envolvidos na referida transação financeira são extremamente vultosos e despertam os mais variados interesses, chegando-se, após as denúncias, a suspeitar, inclusive, do envolvimento de uma articulada e antiga organização criminosa especializada, mormente, na prática dos crimes de lavagem de dinheiro, corrupção e evasão de divisas.

Nesse passo, numa análise prévia e superficial, observa-se, no mínimo, a maior malversação de dinheiro público, nunca antes vista na história deste país, devendo, por consequência, sujeitar os responsáveis a responderem, em tese, pelos eventuais delitos perpetrados, além da prática de atos de improbidade administrativa.

Cumprе mencionar, aliás, que o Conselho de Administração da Petrobras era presidido, na época, pela então Ministra da Casa Civil **Dilma Rousseff**, que em nota divulgada nesta semana disse: *"A aquisição pela Petrobras de 50% das ações da Refinaria de Pasadena foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 03.02.2006, com base em Resumo Executivo elaborado pelo Diretor da Área Internacional. Posteriormente, soube-se que tal resumo era técnica e juridicamente falho, pois omitia qualquer referência às cláusulas Marlim e de Put Option que integravam o contrato, que, se conhecidas, seguramente não seriam aprovadas pelo Conselho"*.

Todavia, em contraposição à afirmação feita pela atual Presidenta **Dilma Rousseff**, o senhor **Sérgio Gabrielli**, Presidente da Petrobras à época da compra da refinaria, informou que as supracitadas cláusulas são *"normais em negociações de grandes empresas"* e que *"Quando você compra uma participação em uma empresa, é normal que você preveja a possibilidade de venda dela"*.

A Presidente afirmou, ainda, a culpa do ex-diretor da área internacional da estatal **Nestor Cerveró**, em razão dele também ter feito resumo técnico "falho" e "incompleto" para subsidiar a compra da refinaria de Pasadena.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – CSPCCO

Graça Foster, atual Presidente da estatal, defendeu, por sua vez, além do ex-diretor **Nestor Cerveró**, a compra da refinaria no contexto da política da empresa em 2006, mas afirmou que, se fosse hoje, ela não seria favorável.

Ademais, segundo noticiado: *“Diretores da Petrobras afirmaram reservadamente ontem que, como presidente do conselho, Dilma teria como saber de todas as cláusulas do contrato”*.

Nesse mesmo sentido, *“o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) José Jorge afirmou nesta quinta-feira (20) ao G1 que o Conselho de Administração da Petrobras tinha acesso a informações completas antes de decidir sobre a compra da refinaria de Pasadena, nos EUA”*.

Por último, na data de hoje, o site do UOL divulgou matéria dizendo que a senhora **Graça Foster** omitiu o aval de **Dilma Rousseff** e protegeu **Nestor Cerveró** quando de seu depoimento sobre o negócio de Pasadena, em audiência pública realizada nesta casa em 22 de maio do ano passado.

Desse modo, percebe-se que o atual governo não consegue, de fato, explicar ou justificar essa aventura financeira que aumentou sobremaneira a dívida da Petrobras, havendo, nitidamente, graves contradições entre as declarações prestadas pelo ex-presidente da estatal **Sergio Gabrielli**, pela Presidente da República **Dilma Rousseff**, e pela atual Presidente da Petrobras **Graça Foster**, que precisam ser esclarecidas perante esta Comissão, bem como perante toda a sociedade brasileira.

Para entender melhor os fatos, trazemos abaixo algumas matérias da imprensa sobre o caso:

Gabrielli também põe em xeque versão de Dilma

Por Tiago Décimo e Andreza Matais

Presidente da Petrobras de 2005 a 2012, período da compra da polêmica refinaria de Pasadena, nos EUA, Sérgio Gabrielli afirmou nessa quinta-feira, 20, que as cláusulas que obrigaram a estatal brasileira a ficar



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – CSPCCO

com toda a planta são "normais em negociações de grandes empresas". A declaração ocorre dois dias após o jornal **O Estado de S. Paulo** revelar que a hoje presidente da República, Dilma Rousseff, apoiou o negócio bilionário em 2006, quando era chefe da Casa Civil do governo Lula e presidente do Conselho de Administração da Petrobrás.

Dilma disse, em nota, que só deu seu apoio porque não tinha conhecimento das cláusulas. O "resumo técnico" que embasou a decisão, disse a presidente, não explicitava que, em caso de desentendimento com a sócia belga Astra Oil, uma das partes teria de ficar os 50% da outra.

O desentendimento surgiu e a Petrobras, que havia pago US\$ 360 milhões em 2006 por metade da refinaria, desembolsou mais US\$ 820 milhões em 2012 para ficar com toda a planta, num negócio que superou US\$ 1 bilhão. O pagamento ocorreu após um longo litígio com os belgas.

"Quando você compra uma participação em uma empresa, é normal que você preveja a possibilidade de venda dela", disse Gabrielli, num discurso que sugere uma contestação à fala da presidente, de que não tinha conhecimento das cláusulas. Diretores da Petrobrás afirmaram reservadamente ontem que, como presidente do conselho, Dilma teria como saber de todas as cláusulas do contrato.

Gabrielli, porém, não quis revelar se as cláusulas foram debatidas pelo conselho. "As discussões internas são privadas e eu me reservo o direito de preservar a confidencialidade delas", disse o ex-presidente da estatal, que hoje integra o primeiro escalão do governo Jaques Wagner (PT) na Bahia.

Intenso. Em audiência na Câmara dos Deputados em maio do ano passado, a atual presidente da Petrobrás, Graça Foster, foi questionada sobre as discussões que antecederam a decisão do Conselho de Administração pela compra da refinaria americana. Ela disse que as discussões do conselho sempre são muito "intensas" e chegam a durar "semanas". "Treinamos bastante para irmos ao conselho", disse à Comissão de Minas e Energia.

O deputado Antonio Imbassahy (PSDB-BA), líder do PSDB na Câmara, teve de insistir três vezes para que ela respondesse "se houve alguma manifestação de membro do Conselho de Administração, seja criticando ou desaprovando essa negociação".

"Eu participei, talvez nos últimos 15 anos, eventualmente, de algumas reuniões do conselho como assistente, dando apoio ao meu chefe que lá estava, em algumas situações, e a discussão do conselho é intensa. Nós temos ali o controlador, os minoritários e a Petrobras, que quer crescer. Há uma discussão muito forte. É sempre intenso. A preparação para uma reunião do Conselho de Administração é algo que toma semanas de discussão. Treinamos bastante para irmos ao Conselho", respondeu.

As declarações da atual presidente da Petrobras também põem em xeque a justificativa de Dilma para aprovar a compra da refinaria - desconhecimento de cláusulas do contrato.

Na audiência, Graça Foster defendeu a compra da refinaria no contexto da política da empresa em 2006, mas afirmou que, se fosse hoje, ela não seria favorável.

Ex-diretor. Na ocasião, ela também defendeu o ex-diretor da área internacional da estatal Nestor Cerveró, atual diretor financeiro da BR Distribuidora, acusado por Dilma de ter elaborado o resumo técnico "falho" sobre Pasadena. Cerveró foi indicado para o cargo com o apoio do ex-ministro José Dirceu, hoje cumprindo pena na prisão por causa do escândalo do mensalão, e do senador Delcídio Amaral (PT), hoje pré-candidato ao governo do Mato Grosso do Sul. O ex-diretor da Petrobras está em férias e viajou nesta semana para a Europa. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**. (extraído do sítio "IstoÉdinheiro")



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – CSPCCO

Ex-presidente da Petrobras contradiz Dilma sobre cláusula de contrato

Compra de refinaria nos EUA pela estatal é alvo de investigações.

Dilma disse que aprovou negócio com base em relatório 'falho'.

Do G1, com informações da TV Bahia

390 comentários



O ex-presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, afirmou que a cláusula que obrigou a estatal a comprar por um alto valor uma refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, é comum em aquisição de empresas. Gabrielli estava à frente da petroleira quando as negociações para a compra da refinaria, iniciadas em 2006, ocorreram. A presidente Dilma Rousseff, que na época presidia o conselho da Petrobras, divulgou nota na última quarta-feira (19), dizendo que aprovou o negócio com base em um relatório “falho”, que omitia essa cláusula.

saiba mais

A operação é investigada no Tribunal de Contas da União (TCU), na Polícia Federal e no Ministério Público, por suspeita de superfaturamento e evasão de divisas.

Na nota, Dilma fez referência à cláusula chamada de Put Option, que determinava que, em caso de desacordo entre os sócios, a outra parte seria obrigada a adquirir o restante das ações. Foi o que aconteceu entre a Petrobras e a belga Astra Oil.

A Astra Oil comprou a refinaria de Pasadena em 2005, por US\$ 42,5 milhões. Um ano depois, a estatal brasileira decidiu adquirir 50% da refinaria ao custo de US\$ 360 milhões, e se tornou sócia da empresa belga.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – CSPCCO

Em 2008, as companhias entraram em desacordo e a Astra Oil se baseou na cláusula Put Option para exigir na Justiça que a Petrobras comprasse o restante da refinaria. O valor determinado por um juiz dos EUA foi US\$ 820,5 milhões, pagos em 2012.

No total, o negócio custou US\$ 1,18 bilhão à empresa brasileira, valor mais de 27 vezes superior ao que a Astral Oil pagou pela refinaria em 2005.

Gabrielli, que deixou a presidência da Petrobras em 2012 e atualmente é secretário de Planejamento no governo da Bahia, disse nesta quinta-feira (20) que a cláusula que obrigou a Petrobras a adquirir os 50% restantes é normal em operações desse tipo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – CSPCCO

Refinaria supervalorizada

Petrobras acabou pagando US\$ 1,18 bilhão por usina que custava US\$ 42 milhões



- 2005** • Belga Astra Oil compra refinaria de Pasadena (EUA) por **US\$ 42,5 milhões**
- 2006** • Conselho de Administração da Petrobras, presidido na época pela atual presidente da República, Dilma Rousseff, aprova compra de 50% das ações da refinaria
 - Valor: **US\$ 360 milhões**, pagos à Astra Oil (US\$ 190 milhões em papéis e US\$ 170 pelo petróleo de Pasadena)
- 2008** • Astra Oil e Petrobras se desentendem por causa de investimentos em Pasadena
 - Astra vai à Justiça para obrigar a Petrobras a fazer a compra dos 50% restantes das ações
 - Belgas se baseiam na cláusula Put Option, que está no contrato entre ambas e que determina que, se houver briga entre os sócios, a outra parte é obrigada a ficar com todas as ações
 - Petrobras questiona, pela primeira vez, segundo Dilma, a Put Option e uma segunda cláusula, Marlim, que garantia lucro anual de 6,9% à Astra Oil
- 2012** • Por determinação judicial, a Petrobras paga US\$ 820,5 milhões à Astra Oil pelo 50% restantes
- 2013** • O Tribunal de Contas da União (TCU) decide investigar supostas irregularidades na compra da refinaria
- 2014** • Dilma afirma que só deu aval à compra dos primeiros 50% da refinaria porque desconhecia cláusulas Put Option e Marlim, que não apareceriam no resumo apresentado ao Conselho
 - Compra é investigada por Polícia Federal, TCU e Ministério Público por suspeita de superfaturamento e evasão de divisas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – CSPCCO

"A Put Option é uma cláusula comum nas aquisições de empresas porque ela reflete apenas o direito, de quem está vendendo, em determinadas circunstâncias, de vender para o outro", afirmou.

"Em geral, em todas as aquisições, quando você compra uma participação acionária, você leva em conta a possibilidade de vender depois. Então, você cria mecanismos para isso, do ponto de vista contratual", acrescentou Gabrielli. "Qualquer banco de investimento pode atestar que é uma cláusula comum".

A nota da Presidência da República, divulgada na última quarta, diz que o documento apresentado pela área internacional, chamado de resumo executivo, omitia ainda uma segunda cláusula, conhecida como Marlim, que garantia à sócia da Petrobras um lucro de 6,9% ao ano mesmo que as condições de mercado fossem adversas.

O governo disse que a compra não teria sido aprovada pelo conselho da Petrobras se as duas cláusulas tivessem constado do resumo.

Perguntado se todos os diretores e conselheiros tiveram acesso a informações relevantes para a decisão da compra, Gabrielli disse que não comentaria processos internos da Petrobras.

Impacto nas contas da estatal

Gabrielli reconheceu que a compra da refinaria teve impacto nas contas da estatal, mas acredita que não tenha comprometido a empresa. "Não há como um valor desse comprometer uma empresa que vale o que a Petrobras vale. Na verdade, você tem um impacto importante. Não há dúvida que o impacto é importante."

O ex-presidente da estatal defendeu o negócio, afirmando que a compra dos primeiros 50% da refinaria, em 2006, ocorreu em um momento em que o mercado brasileiro não crescia. "A decisão de ir para os EUA é uma decisão de 1999. Desde 1999 ela (a Petrobras) vem registrando oportunidades para descobrir refino nos EUA", afirmou. "Essa era uma das refinarias. Ela foi adquirida a preços que correspondem à metade dos preços do mercado."

Sobre o valor pago, Gabrielli disse: "Primeiro tem um erro. Não há esse valor de US\$ 360 milhões da primeira parte". Segundo ele, os primeiros 50% da refinaria foram comprados por US\$ 190 milhões, valor que "representou a mudança que ocorreu no mercado americano entre 2005 e 2006", comentou, sobre a comparação com os US\$ 42,5 milhões pagos pela Astra Oil.

"E esses outros US\$ 170 milhões correspondem a estoques que estavam na refinaria, que foram processados nos próximos anos", completou. "Portanto, é necessário levar em conta que você comprou metade da capacidade por US\$ 190 milhões e a matéria-prima e produtos intermediários equivalentes ao valor de US\$ 170 milhões".

TCU diz que havia informações

Ao **G1**, o ministro do TCU, José Jorge, afirmou nesta quinta que o Conselho de Administração da Petrobras tinha acesso a informações completas antes de decidir sobre a compra da refinaria.

Atualmente, o processo que analisa a operação tramita na área técnica do TCU, no Rio de Janeiro. José Jorge diz esperar que até abril o relatório já esteja em seu gabinete, para que ele possa redigir seu voto. "A gente quer analisar isso logo. Já está no TCU desde março do ano passado, queremos finalizar logo", afirmou. **(extraído do site "g1")**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – CSPCCO

PF prende ex-diretor da Petrobrás citado na Operação Lava Jato

Preso em investigação sobre lavagem de dinheiro, Paulo Roberto da Costa chefiava uma das principais diretorias da Petrobrás na época da controversa compra da refinaria de Pasadena

20 de março de 2014 | 12h 35

Atualizado às 13h39 - Fausto Macedo e Andreza Matais

A Polícia Federal prendeu nesta quinta-feira, 20, no Rio de Janeiro, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto da Costa, citado na Operação Lava Jato, deflagrada nessa segunda-feira, 17, para desmontar organização criminosa acusada de lavagem de dinheiro no montante de R\$ 10 bilhões.



Agência Brasil/Divulgação

Investigações mostram relações próximas do ex-diretor (foto) com doleiro Alberto Youssef

Na segunda-feira, durante a operação, a PF fez buscas na casa de Paulo Roberto da Costa e encontrou, em espécie, US\$ 180 mil e cerca de R\$ 720 mil. Ele também é investigado pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro por irregularidades na compra da refinaria de Pasadena, no Texas, Estados Unidos, pela estatal brasileira. Costa foi um dos responsáveis por elaborar o contrato da compra da refinaria.

As investigações mostram relações próximas do ex-executivo com o doleiro Alberto Youssef, também preso na operação e condenado no caso Banestado - evasão para o exterior de US\$ 30 bilhões, nos anos 1990.

Segundo a PF, Youssef teria dado em março de 2013 uma Land Rover a Paulo Roberto da Costa. O ex-diretor afirmou que ganhou o veículo por serviços de consultoria prestados e que não há relação com o cargo então ocupado na estatal. Costa disse ter deixado a Petrobrás em abril de 2012.

A operação cumpriu 24 mandados de prisão, além de apreender documentação, veículos, obras de arte e joias em 17 cidades de seis Estados e no Distrito Federal. Entre os presos estava o ex-sócio da Bônus-Banval, Enivaldo Quadrado, condenado por envolvimento no mensalão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – CSPCCO

Petrobrás. O Estado apurou que Paulo Roberto da Costa tinha mais poderes do que o diretor da Área Internacional, Néstor Cerveró. Ele foi apontado pela presidente Dilma Rousseff como um dos responsáveis por repassar ao Conselho de Administração da Petrobras um resumo "falho" sobre a operação que balizou o voto dela pela compra da refinaria.

O ex-diretor atuou na estatal por indicação de uma aliança do PP e PMDB, do grupo de José Sarney. Atualmente, ele tem empresas e uma delas aluga navios para a Petrobrás. Para o meio político, a prisão de Paulo Roberto Costa foi considerada um recado que pode ajudar a enterrar a abertura de uma CPI para investigar a estatal. **(extraído do sítio “Estadão”)**

Diante de todo o exposto e do compromisso assumido por nós Deputados Federais perante a sociedade brasileira, visando o cumprimento da principal missão desta Comissão, isto é, debater temas voltados ao Combate ao Crime Organizado e, ainda, oportunizar aos envolvidos nas denúncias esclarecer o que realmente ocorreu na bilionária negociação da refinaria é que requeiro a realização da audiência pública contando sempre com a concordância de meus pares, para que se possa apurar o ocorrido.

Sala das Comissões, de de 2014

Deputado **FERNANDO FRANCISHCINI**
Solidariedade/PR